

MARINHA DO BRASIL
DIRETORIA DE ENSINO DA MARINHA

*Concurso Público para ingresso no Quadro Técnico do
Corpo Auxiliar da Marinha
CP-T/2017*

NÃO ESTÁ AUTORIZADA A UTILIZAÇÃO
DE MATERIAL EXTRA

SEGURANÇA DO TRÁFEGO AQUAVIÁRIO

QUESTÃO 1

Segundo o Código Internacional para o Gerenciamento da Operação Segura de Navios e para a Prevenção da Poluição - ISM Code, são exigências funcionais para um sistema de gerenciamento de segurança, EXCETO:

- (A) uma política de segurança e proteção ambiental.
- (B) procedimentos para reportar acidentes e não conformidades com as disposições do código.
- (C) prover práticas seguras na operação do navio e um ambiente seguro de trabalho.
- (D) procedimentos para preparar para e responder a situações de emergência.
- (E) procedimentos para auditorias internas e revisões de gerenciamento.

QUESTÃO 2

De acordo com a NORMAM-03/DPC, para configurar o cadastramento dos Estabelecimentos de Treinamento Náutico junto à Capitania dos Portos (CP), Delegacia (DL) ou Agência (AG), para que tais estabelecimentos possam emitir atestado de treinamento náutico para arrais-amador e motonauta, a CP/DL/AG emitirá uma Portaria individual de cadastramento, com validade de

- (A) dez anos.
- (B) sete anos.
- (C) cinco anos.
- (D) três anos.
- (E) um ano.

QUESTÃO 3

Assinale a opção que apresenta sanções restritivas de direito aplicáveis às pessoas físicas ou jurídicas, conforme disposto no § 8º do art. 9º do decreto nº 4.136/2002.

- (A) Destruição ou inutilização do produto.
- (B) Deliberação de incentivos e benefícios fiscais.
- (C) Proibição de contratar com a Administração Pública, pelo período de até cinco anos.
- (D) Embargo da atividade.
- (E) Perda ou suspensão da participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito.

QUESTÃO 4

De acordo com a lei nº 9.537/97, em seu Capítulo V, que trata das penalidades, são circunstâncias agravantes, EXCETO:

- (A) reincidência.
- (B) o infrator se recusar a receber o Auto de Infração lavrado pela autoridade competente designada pela Autoridade Marítima.
- (C) emprego de embarcação na prática de ato ilícito.
- (D) embriaguez ou uso de outra substância entorpecente ou tóxica.
- (E) grave ameaça à integridade física de pessoas.

QUESTÃO 5

Conforme preconizado pela NORMAM-03/DPC, as embarcações estrangeiras de esporte e/ou recreio, em trânsito em Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB) ou em uso de ancoradouro em instalações portuárias, estão sujeitas à fiscalização prevista na legislação vigente, nas normas decorrentes e nas convenções internacionais promulgadas no Brasil, devendo cumprir alguns procedimentos. De acordo com essa norma, pode-se afirmar que

- (A) por ocasião da chegada ao primeiro porto nacional, qualquer pessoa ou objeto só poderá embarcar ou desembarcar da embarcação estrangeira depois que esta estiver liberada pela visita da Autoridade Portuária.
- (B) é obrigatória a apresentação pelo responsável pela embarcação ou por um representante da marina ou clube náutico visitado, à CP/DL/AG, da Declaração de Entrada/Saída para realizar o respectivo visto, impreterivelmente, até 36 horas após a entrada, anexando cópia dos vistos de liberação das Autoridades de Saúde dos Portos, Polícia Federal e Receita Federal.
- (C) o Comandante da embarcação deverá estar preparado para receber a visita de um inspetor naval, dentro do prazo de até 24 horas, após a apresentação da Declaração de Entrada, para que seja efetuada a verificação do que foi declarado.
- (D) o tempo de permanência da embarcação em AJB será definido pelo órgão regional da Polícia Federal.
- (E) uma embarcação estrangeira, ao adentrar o primeiro porto Nacional, deverá inicialmente ser liberada pela Saúde dos Portos, pela Imigração e pela Alfândega.

QUESTÃO 6

Qual é a definição de Certificado Condicional, de acordo com o disposto nas Normas da Autoridade Marítima para o Reconhecimento de Organizações para Atuarem em Nome do Governo Brasileiro - NORMAM-06/DPC?

- (A) Certificado estatutário com validade reduzida, emitido para viabilizar a operação regular de embarcações que apresentam deficiências ou restrições operacionais temporárias que não podem ser imediatamente sanadas e que, a critério da Organização Reconhecida (OR), não comprometem a segurança da embarcação, da carga ou das pessoas transportadas, nem risco significativo de poluição ambiental.
- (B) Certificado emitido para atestar a conformidade da embarcação com as regras específicas constantes das Convenções e Códigos Internacionais e/ou Normas da Autoridade Marítima Brasileira.
- (C) É o documento emitido para atestar que o projeto das embarcações a serem construídas no país para operar sob bandeira nacional ou para exportação, ou no exterior para operar sob bandeira nacional, encontram-se em conformidade com os requisitos estabelecidos nas normas aplicáveis.
- (D) É o documento emitido para atestar que o projeto apresentado de adequação de embarcação já regularizada para operação em nova área de navegação e/ou tipo de serviço/atividade encontra-se em conformidade com os requisitos estabelecidos nas normas aplicáveis.
- (E) Certificado estatutário com validade reduzida que pode ser emitido para embarcações nas quais não foram detectadas deficiências, mas que apresentam restrições diversas que impedem a emissão imediata dos certificados definitivos.

QUESTÃO 7

Segundo as Normas da Autoridade Marítima para Levantamentos Hidrográficos - NORMAM-25/DHN, assinale a opção que apresenta a atribuição que compete ao Centro de Hidrografia da Marinha (CHM).

- (A) Determinar a elaboração e orientar a execução do Plano Cartográfico Náutico Brasileiro (PCNB).
- (B) Aprovar as Normas da Autoridade Marítima relativas a levantamentos hidrográficos e cartas náuticas.
- (C) Determinar a elaboração e a edição das cartas e publicações náuticas sob responsabilidade do Brasil.
- (D) Controlar os Levantamentos Hidrográficos (LH) executados diretamente por órgãos públicos da Administração Federal, autarquias e entidades paraestatais federais.
- (E) Autorizar o estabelecimento, alteração ou cancelamento em caráter permanente de auxílios à navegação, bem como estabelecer as diretrizes pertinentes.

QUESTÃO 8

Em conformidade com o disposto na NORMAM-16/DPC, a competência para promover, coordenar e controlar a execução das atividades de assistência e salvamento de embarcação, coisa ou bem em perigo, nos portos e nas vias navegáveis interiores, é atribuição

- (A) dos Capitães dos Portos.
- (B) do Estado Maior da Armada.
- (C) dos Comandos dos Distritos Navais.
- (D) do Diretor de Portos e Costas.
- (E) do Diretor Geral de Navegação.

QUESTÃO 9

Para os efeitos da lei nº 9.966/2000, que dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo, assinale a opção correta.

- (A) Porto organizado é o porto construído e aparelhado para atender às necessidades da navegação e da movimentação e armazenagem de mercadorias, explorado especificamente pela União, cujo tráfego e operações portuárias estejam sob a jurisdição de uma autoridade portuária.
- (B) Lastro limpo é a água de lastro contida em um tanque que, desde que transportou óleo pela última vez, foi submetido à limpeza em nível tal que, se esse lastro fosse descarregado pelo navio parado em águas limpas e tranquilas, em dia claro, não produziria traços visíveis de óleo na superfície da água ou no litoral adjacente, nem produziria borra ou emulsão sob a superfície da água ou sobre o litoral adjacente.
- (C) Tanque de resíduos é o tanque, existente a bordo de navios, destinado especificamente ao depósito permanente dos líquidos de drenagem e lavagem de tanques e outras misturas e resíduos.
- (D) Alijamento é todo despejo, intencional ou acidental, de resíduos e outras substâncias efetuado por embarcações, plataformas, aeronaves e outras instalações, inclusive seu afundamento deliberado em águas sob jurisdição nacional.
- (E) Plano de contingência é o conjunto de medidas que determina e estabelece as responsabilidades setoriais, bem como a definição dos recursos humanos, materiais e equipamentos complementares para prevenção, controle e combate da poluição das águas.

QUESTÃO 10

Em conformidade com o disposto na lei nº 12.815/2013, que dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores, dentro dos limites da área do porto organizado, compete à administração do porto, sob coordenação da autoridade marítima:

- (A) estabelecer, manter e operar o balizamento do canal de acesso e da bacia de evolução do porto.
- (B) promover a remoção de embarcações ou cascos de embarcações que possam prejudicar o acesso ao porto.
- (C) fiscalizar a operação portuária zelando pela realização das atividades com regularidade, eficiência, segurança e respeito ao meio ambiente.
- (D) fiscalizar ou executar as obras de construção, reforma, ampliação, melhoramento e conservação das instalações portuárias.
- (E) suspender operações portuárias que prejudiquem o funcionamento do porto, ressalvados os aspectos de interesse da autoridade marítima responsável pela segurança do tráfego aquaviário.

QUESTÃO 11

Em conformidade com o disposto nas Normas da Autoridade Marítima para Auxílios à Navegação - NORMAM-17/DHN, assinale a opção que apresenta a atribuição que compete à Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN).

- (A) Divulgar as alterações e irregularidades que venham a ocorrer nos auxílios à navegação por meio dos Avisos-Rádio Náuticos / Avisos aos Navegantes.
- (B) Supervisionar a elaboração dos documentos náuticos pertinentes e a divulgação das informações de interesse para a segurança da navegação.
- (C) Reparar os auxílios náuticos à navegação nas águas jurisdicionais brasileiras (AJB).
- (D) Planejar, coordenar e controlar as atividades de auxílios à navegação cuja responsabilidade de manutenção seja da Marinha do Brasil (MB).
- (E) Celebrar Atos e Acordos Administrativos afetos a auxílios à navegação com entidades extra-MB.

QUESTÃO 12

Assinale opção que apresenta medidas administrativas que podem ser adotadas pela Autoridade Marítima, conforme disposto na lei nº 9.537/1997.

- (A) Embargo da atividade de mineração e de benfeitorias realizadas; e cancelamento do certificado de habilitação.
- (B) Apreensão do certificado de habilitação; suspensão do certificado de habilitação.
- (C) Embargo da obra; cancelamento do certificado de habilitação.
- (D) Apreensão, retirada de tráfego ou impedimento da saída da embarcação; e demolição de obras e benfeitorias.
- (E) Apreensão do certificado de habilitação; e embargo da obra.

QUESTÃO 13

De acordo com a lei nº 9.537/1997, a Autoridade Marítima pode delegar aos

- (A) estados a realização de inspeção naval em embarcações que ponham em risco a integridade física de qualquer pessoa nas áreas adjacentes às praias, quer sejam marítimas, fluviais ou lacustres.
- (B) municípios a realização de inspeção naval em embarcações que ponham em risco a integridade física de outras embarcações fundeadas nas áreas adjacentes às praias, quer sejam marítimas, fluviais ou lacustres.
- (C) estados a fiscalização do tráfego de embarcações que ponham em risco a integridade física de outras embarcações fundeadas nas áreas adjacentes às praias, quer sejam marítimas, fluviais ou lacustres.
- (D) municípios a fiscalização do tráfego de embarcações que ponham em risco a integridade física de qualquer pessoa nas áreas adjacentes às praias, quer sejam marítimas, fluviais ou lacustres.
- (E) municípios a fiscalização do tráfego de embarcações que ponham em risco a integridade física de outras embarcações fundeadas nas áreas adjacentes às praias, quer sejam marítimas, fluviais ou lacustres.

QUESTÃO 14

A pesquisa de coisas ou bens, pertencentes à União, encalhados ou submersos em águas sob jurisdição nacional, conforme previsto na NORMAM-10/DPC, corre por conta e risco do interessado. Diante disso, é correto afirmar que

- (A) poderá ser concedida autorização para realizar operações e atividades de pesquisa de coisas e bens pertencentes à União somente à pessoa jurídica nacional ou estrangeira com comprovada experiência de dez anos em atividade de pesquisa, localização ou exploração de coisas e bens submersos.
- (B) a pesquisa precede a exploração e garante ao pesquisador autorizado, que encontrou a coisa ou bem, a preferência para explorá-lo, removê-lo ou demolí-lo
- (C) a pesquisa dá direito ao interessado de alterar o local em que for encontrada a coisa ou bem, mediante parecer do Estado-Maior da Armada (EMA), permitindo a alteração da coisa ou bem encontrada.
- (D) a exploração precede a pesquisa e não garante ao pesquisador autorizado que encontrou a coisa ou bem a preferência para explorá-lo.
- (E) o interessado na obtenção de autorização para pesquisa deverá apresentar à Capitania (CP), Delegacia (DL) ou Agência (AG) requerimento ao DPC (Diretor de Portos e Costas), solicitando autorização para realização de pesquisa numa determinada área (especificar a área em longitude e latitude), identificando a coisa ou bem a ser pesquisado.

QUESTÃO 15

A quem compete coordenar as ações decorrentes da aplicação da legislação ambiental por parte dos Agentes da Autoridade Marítima?

- (A) À Procuradoria Especial da Marinha (PEM).
- (B) À Advocacia-Geral da União, como Representante jurídica da Autoridade Marítima para aplicação da legislação.
- (C) Ao Distrito Naval, como Representante da autoridade Marítima para o meio ambiente.
- (D) Ao Diretor de Portos e Costas, como Representante da Autoridade Marítima para o meio ambiente.
- (E) Ao IBAMA, como órgão do meio ambiente.

QUESTÃO 16

A lei nº 9.537/1997, que dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional, estabelece algumas atribuições para a Autoridade Marítima. Sendo assim, é correto afirmar que NÃO é uma dessas atribuições estabelecer normas para

- (A) aplicação de penalidade pelo Comandante.
- (B) habilitação e cadastro de aquaviários e amadores.
- (C) realização de inspeções navais e vistorias.
- (D) julgamento dos acidentes e fatos da navegação marítima.
- (E) cadastramento de empresas de navegação, peritos e sociedades classificadoras.

QUESTÃO 17

Com relação aos depoimentos, conclusão e prorrogação, constantes de um Inquérito Administrativo sobre Acidentes e Fatos da Navegação (IAFN), assinale a opção correta.

- (A) O Inquérito deverá ser concluído, por meio de relatório circunstanciado, no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de sua instauração até a ciência e o "de acordo" do Tribunal Marítimo.
- (B) Caso não seja possível incluir o prazo de notificação e defesa prévia dentro dos trinta dias, ou havendo necessidade de prorrogação por outro motivo objetivamente fundamentado, o Encarregado do Inquérito deverá solicitar a prorrogação ao Distrito Naval (DN), com informação ao Tribunal Marítimo (TM) e Diretoria de Portos e Costas (DPC).
- (C) Se houver possível responsável (indiciado), serão necessários a notificação e dez dias para Defesa Prévia.
- (D) Em situações especiais e excepcionais, em que o Inquérito não tenha sido concluído no prazo máximo de um ano, a prorrogação será autorizada somente pelo Tribunal Marítimo, que avaliará o pedido devidamente circunstanciado e decidirá a respeito.
- (E) O andamento de um IAFN será obstado pela falta de depoimento de pessoas ausentes ou desaparecidas. Nesses casos, o Encarregado do Inquérito deverá comunicar o fato ao Tribunal Marítimo, fazendo constar tal circunstância do Relatório, e solicitar arquivamento.

QUESTÃO 18

Segundo o Código Internacional para a Proteção de Navios e Instalações Portuárias - ISPS Code, um Certificado Internacional de Proteção do Navio deverá ser emitido por um período determinado pela Administração, o qual não deverá exceder

- (A) 4 anos.
- (B) 5 anos.
- (C) 6 anos.
- (D) 7 anos.
- (E) 8 anos.

QUESTÃO 19

De acordo com as Normas da Autoridade Marítima para Atividade de Inspeção-Naval NORMAM-07/DPC, visando ao afundamento deliberado de embarcação avariada, os responsáveis por embarcações avariadas que solicitarem autorização para afundamento deliberado deverão

- (A) agendar junto à CP/DL/AG a inspeção da embarcação para verificação de preparativos para o afundamento. A critério do CP, a Sociedade Classificadora da embarcação poderá realizar essa inspeção.
- (B) encaminhar requerimento ao Diretor-Geral de Navegação, solicitando autorização para afundamento e declarando sua intenção de realizá-lo por livre e espontânea vontade, assumindo as responsabilidades decorrentes em relação aos compromissos com a carga.
- (C) apelar a bordo todos os elementos estruturais que possam se desprender do navio e ficar à deriva.
- (D) obter aprovação da Diretoria de Portos e Costas (DPC), sobre o ponto de afundamento, em virtude da segurança da navegação.
- (E) solicitar autorização ao Centro de Hidrografia da Marinha (CHM) para o afundamento, no ponto previamente aprovado e, após autorizado, informar à Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN) a efetiva ocorrência do afundamento para possibilitar a comunicação formal à International Maritime Organization (IMO) a ser efetuada pela DHN.

QUESTÃO 20

As Normas da Autoridade Marítima para Tráfego e Permanência de Embarcações em Águas Jurisdicionais Brasileiras - NORMAM-08/DPC estabelecem que, no Despacho Para o Próximo Porto aplicável às embarcações mercantes empregadas na navegação de longo curso, o Passe de Saída para o Próximo Porto tem validade de até

- (A) vinte e quatro horas contadas a partir da data-hora de entrega do Pedido de Despacho na Capitania, Delegacia ou Agência, concedido a critério do Órgão de Despacho (OD).
- (B) trinta e seis horas contadas a partir da data-hora da partida prevista no Pedido de Despacho, concedido a critério do Órgão de Despacho (OD) da jurisdição.
- (C) quarenta e oito horas contadas a partir da data-hora de entrega do Pedido de Despacho na Capitania, Delegacia ou Agência, concedido a critério do Órgão de Despacho (OD).
- (D) sessenta horas contadas a partir da data-hora de entrega do Pedido de Despacho na Capitania, Delegacia ou Agência, concedido a critério do Órgão de Despacho (OD).
- (E) setenta e duas horas contadas a partir da data-hora da partida prevista no Pedido de Despacho, concedido a critério do Órgão de Despacho (OD) da jurisdição.

QUESTÃO 21

De acordo com a NORMAM-15/DPC, com relação à evacuação de mergulhadores sob pressão, é previsto que cada equipe de mergulho embarcada deverá dispor de um Plano de Contingência (PC) que estabeleça procedimentos e assegure recursos para que os mergulhadores saturados possam evacuar a embarcação de maneira segura, quando submetidos à pressão. Sendo assim, esses procedimentos deverão incluir

- (A) recursos disponíveis a bordo, tais como botes salva vidas, câmaras hiperbáricas, sino de abandono, sino de mergulho, suprimento de gases e absorvente de CO₂.
- (B) autonomia efetiva dos recursos disponíveis, inclusive baterias e outros meios de geração de energia além dos consumíveis, e meios para transporte da baleeira hiperbárica ou outro dispositivo empregado para evacuar os mergulhadores.
- (C) local designado para destinação dos mergulhadores evacuados; e recursos disponíveis no local designado e procedimentos para embarque na câmara de depressurização.
- (D) procedimentos para ressuscitação e procedimentos para ação, organização e controle.
- (E) definição da pessoa designada na câmara, da cadeia do processo decisório e das linhas de coordenação dos setores envolvidos.

QUESTÃO 22

As Normas da Autoridade Marítima para Operação de Embarcações Estrangeiras em Águas Jurisdicionais Brasileiras - NORMAM-04/DPC, define Inscrição Temporária (IT) como

- (A) um ato administrativo de atribuição do Tribunal Marítimo, delegado por convênio à Autoridade Marítima, que visa ao controle de embarcação de bandeira estrangeira autorizada operar em águas jurisdicionais brasileiras (AJB).
- (B) um ato administrativo da Diretoria de Hidrografia e Navegação que visa ao controle de qualquer embarcação que venha a operar em águas jurisdicionais brasileiras (AJB).
- (C) um ato administrativo de atribuição da Agência Nacional do Transportes Aquaviários (ANTAQ), que visa ao controle de embarcação de bandeira estrangeira autorizada operar em águas jurisdicionais brasileiras (AJB).
- (D) um ato administrativo de atribuição do Ministério dos Transportes, delegado por convênio à Autoridade Marítima, que visa ao controle de qualquer embarcação que venha operar em águas jurisdicionais brasileiras (AJB).
- (E) um ato administrativo da Autoridade Marítima que visa ao controle de embarcação de bandeira estrangeira autorizada a operar em águas jurisdicionais brasileiras (AJB).

QUESTÃO 23

De acordo com as Normas da Autoridade Marítima para o Ensino Profissional Marítimo de Aquaviários - NORMAM - 30/DPC, o Programa do Ensino Profissional Marítimo (PREPOM - Aquaviários) é elaborado

- (A) anualmente, pela Superintendência do Ensino Profissional Marítimo da Diretoria-Geral de Navegação (DGN).
- (B) semestralmente, pela Superintendência do Ensino Profissional Marítimo do Centro de Instrução Almirante Graça Aranha (CIAGA).
- (C) anualmente, pelas respectivas Capitânicas dos Portos.
- (D) semestralmente, pela Superintendência do Ensino Profissional Marítimo da Diretoria-Geral do Pessoal da Marinha (DGPM).
- (E) anualmente, pela Superintendência do Ensino Profissional Marítimo da Diretoria de Portos e Costas (DPC).

QUESTÃO 24

Em conformidade com o disposto no Regulamento de Segurança do Tráfego Aquaviário em Águas Sob Jurisdição Nacional, a navegação é classificada como:

- (A) longo curso e cabotagem.
- (B) apoio marítimo e mar aberto.
- (C) mar aberto e interior.
- (D) cabotagem e apoio marítimo.
- (E) longo curso e apoio marítimo.

QUESTÃO 25

Uma embarcação de carga sem propulsão, empregada na navegação interior com arqueação bruta (AB) igual a 200, já certificada, de acordo com o disposto no cronograma de vistorias estabelecido pela NORMAM-02/DPC, no que se refere ao seu Certificado de Segurança da Navegação (CSN), deverá realizar as seguintes vistorias:

- (A) Vistoria Anual (VA), Vistoria de Máquinas (VM) e Vistoria de Renovação (VR).
- (B) Vistoria Anual (VA), Vistoria de Casco (VC) e Vistoria Intermediária (VI).
- (C) Vistoria Anual (VA), Vistoria Intermediária (VI) e Vistoria de Renovação (VR).
- (D) Vistoria de Máquinas (VM), Vistoria de Casco (VC) e Vistoria de Renovação (VR).
- (E) Vistoria de Casco (VC), Vistoria de Máquinas (VM) e Vistoria Intermediária (VI).

QUESTÃO 26

Segundo a NORMAM-13/DPC, a Licença de Categoria/Capacidade Superior para um aquaviário deverá ser solicitada

- (A) pelo aquaviário, por meio de correspondência oficial dirigida à Diretoria de Portos e Costas, apresentando declaração de aquiescência da empresa de navegação para servir na categoria/capacidade superior.
- (B) pela empresa de navegação, por meio de correspondência oficial dirigida à Capitania dos Portos ou Delegacia da Capitania dos Portos, apresentando declaração de aquiescência do aquaviário para servir na categoria/capacidade superior.
- (C) pela empresa de navegação, por meio de correspondência oficial dirigida ao Comando do Distrito Naval, com jurisdição onde a empresa de navegação opera, apresentando declaração de aquiescência do aquaviário para servir na categoria/capacidade superior.
- (D) pelo aquaviário, por meio de correspondência oficial dirigida a Diretoria-Geral de Navegação, apresentando declaração de aquiescência da empresa de navegação para servir na categoria/capacidade superior.
- (E) pela empresa de navegação, por meio de correspondência oficial dirigida ao Centro de Instrução Almirante Graça Aranha (CIAGA), apresentando declaração de aquiescência do aquaviário para servir na categoria/capacidade superior.

QUESTÃO 27

De acordo com o disposto no Regulamento de Segurança do Tráfego Aquaviário em Águas Sob Jurisdição Nacional, pode-se afirmar que

- (A) a infração e seu autor material serão constatados no momento em que a denúncia for recebida pela Capitania dos Portos ou por suas Organizações Militares subordinadas.
- (B) caberá à Autoridade Marítima, ouvido o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia, estabelecer requisitos para homologação de Estações de Manutenção de Equipamentos de Salvatagem.
- (C) a reincidência, para efeito de gradação das penalidades do Regulamento, é a repetição da prática da mesma infração em um período igual ou inferior a seis meses.
- (D) o 6º Grupo é composto pelos Agentes de Manobra e Docagem, que são aquaviários não tripulantes que manobram navios nas fainas em diques, estaleiros e carreiras.
- (E) para efeito do Regulamento, o práctico não poderá ser autor material da infração.

QUESTÃO 28

De acordo com a NORMAM-02/DPC, a Declaração de Conformidade Para Transporte de Álcool, Petróleo e seus derivados é aplicável às embarcações cujo somatório dos volumes de seus tanques de carga seja superior a

- (A) 500 metros cúbicos.
- (B) 400 metros cúbicos.
- (C) 300 metros cúbicos.
- (D) 200 metros cúbicos.
- (E) 100 metros cúbicos.

QUESTÃO 29

Assinale a opção que completa corretamente as lacunas da sentença abaixo, de acordo com o disposto na NORMAM-04/DPC.

Estarão isentos da vistoria de condição navios graneleiros, _____, cuja carga total de granel pesado não ultrapasse _____ por cento da tonelagem de porte bruto (TPB) ou deadweight (dwt) do navio.

- (A) com idade igual ou inferior a dezoito anos / quarenta e cinco
- (B) de qualquer idade / trinta
- (C) com idade igual ou inferior a quinze anos / vinte e cinco
- (D) de qualquer idade / quinze
- (E) com idade igual ou inferior a dezoito anos / dez

QUESTÃO 30

Segundo o disposto na NORMAM-01/DPC, após a arqueação de uma embarcação é emitido um documento denominado Notas para Arqueação de Embarcação para embarcações com arqueação bruta (AB)

- (A) igual a 50, para o transporte de carga.
- (B) superior a 50.
- (C) igual a 50, para o transporte de passageiros.
- (D) superior ou igual a 50.
- (E) inferior a 50.

QUESTÃO 31

Em conformidade com o disposto na NORMAM-03/DPC, quanto ao emprego de motos aquáticas, é correto afirmar que

- (A) em face das diversas peculiaridades e restrições de segurança apresentadas pela moto aquática, é proibido o emprego desse tipo de embarcação para reboque, seja de outra embarcação, de pessoas praticando esqui aquático ou atividades similares. As motos aquáticas a partir de três lugares e as empregadas no serviço de salvamento da vida humana e em esportes aquáticos do tipo *tow-in surf* estão isentas dessa proibição.
- (B) é proibida a condução de passageiro na frente do condutor habilitado, a fim de não prejudicar a visibilidade e a capacidade de manobra da embarcação, exceto quando transportando crianças. Para sua melhor segurança, as crianças deverão sentar-se à frente.
- (C) crianças com idade menor do que sete anos poderão ser conduzidas na garupa de moto aquáticas acompanhadas ou autorizadas pelos seus pais ou responsáveis. É de inteira responsabilidade do condutor ou do proprietário da embarcação obter a anuência dos pais ou responsáveis pelo menor.
- (D) os coletes salva-vidas importados, ainda que homologados pela Autoridade Marítima do país de origem, não poderão ser utilizados nesse tipo de embarcação.
- (E) a chave de segurança da moto aquática deverá permanecer atada ao pulso, não sendo autorizado que se prenda ao colete ou a qualquer outra parte do condutor, de forma que, ao se separar fisicamente da embarcação em movimento, a propulsão seja desligada automaticamente, ou reduzida a aceleração da máquina.

QUESTÃO 32

De acordo com a lei nº 9.966/2000, a quem cabe avaliar os danos ambientais causados por incidentes nos portos organizados, dutos, instalações portuárias, navios, plataformas e suas instalações de apoio?

- (A) Ao órgão municipal de meio ambiente.
- (B) À Capitania dos Portos com jurisdição onde ocorreu o incidente.
- (C) Ao órgão federal de meio ambiente.
- (D) Ao Comando do Distrito Naval com jurisdição onde ocorreu o incidente.
- (E) Ao órgão regulador da indústria do petróleo.

QUESTÃO 33

Coloque F (falso) ou V (verdadeiro) nas afirmativas abaixo, com relação às características presentes nas Embarcações Certificadas Classe 1 (EC1), segundo a NORMAM-01/DPC, assinalando a seguir a opção correta.

- () Embarcações com ou sem propulsão, com AB maior que 50.
 - () Flutuantes que operam com mais de 12 pessoas a bordo, com AB maior que 50.
 - () Flutuantes com AB maior que 30.
 - () Flutuantes que operam com mais de 12 pessoas a bordo, com AB maior que 20.
 - () Embarcações com ou sem propulsão, com AB maior que 20.
- (A) (V) (F) (F) (V) (F)
(B) (F) (V) (V) (F) (V)
(C) (V) (V) (F) (F) (F)
(D) (F) (F) (F) (V) (V)
(E) (V) (F) (V) (V) (F)

QUESTÃO 34

Assinale a opção que completa corretamente as lacunas na sentença abaixo, de acordo com a NORMAM-01/DPC.

No sistema de combustível de qualquer embarcação com _____ maior do que _____, não poderão ser utilizados combustíveis com ponto de fulgor inferior a _____.

- (A) potência / 300kW / 60°C
- (B) potência / 500kW / 50°C
- (C) AB / 10 / 50°C
- (D) AB / 20 / 60°C
- (E) potência / 1000kW / 50°C

QUESTÃO 35

Segundo o disposto nas Normas da Autoridade Marítima para o Serviço de Praticagem - NORMAM - 12/DPC, assinale a opção que apresenta um motivo para o afastamento temporário do Prático do exercício de suas atividades.

- (A) Incapacidade psicofísica definitiva, atestada por meio de laudo exarado por Junta de Saúde da Marinha do Brasil.
- (B) Deixar de exercer a profissão por mais de 24 meses.
- (C) Deixar de apresentar o Laudo de Avaliação Médica e Psicofísica do Prático na época estabelecida.
- (D) Por decisão do Prático em requerimento ao Diretor de Portos e Costas.
- (E) Deixar de atender à Escala de Rodízio Única de Serviço de Prático.

QUESTÃO 36

Em consonância com as infrações às regras do tráfego aquaviário estabelecidas na Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário - LESTA e no Regulamento de Segurança do Tráfego Aquaviário em Águas sob Jurisdição Nacional - RLESTA e com os Procedimentos Administrativos previstos para Autos de Infração constantes da NORMAM-07/DPC, ao ser constatada a infração, será lavrada a Notificação para Comparecimento, com o objetivo de convocar o responsável por eventual cometimento de infração para prestação de esclarecimentos e obtenção de orientação, nos casos de infringência à legislação vigente afeta à segurança da navegação, salvaguarda da vida humana, no mar aberto e em hidrovias interiores, que antecede a lavratura do respectivo Auto de Infração.

No que tange ao auto de infração, ao julgamento e à interposição de recurso, previstos no Procedimento Administrativo, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Lavrado o Auto, o infrator disporá de quinze dias úteis de prazo para apresentar sua defesa.
- (B) O julgamento do Auto de Infração deverá ser proferido pela Autoridade Competente, com decisão devidamente fundamentada, no prazo de trinta dias corridos.
- (C) Considerado procedente o Auto, será estabelecida a pena e notificado o infrator.
- (D) Caso a pena imposta seja apreensão da embarcação, o infrator terá um prazo de cinco dias úteis para sanar as irregularidades que ensejaram a apreensão.
- (E) Não será exigido depósito prévio de pagamento da multa para a interposição de recurso.

QUESTÃO 37

De acordo com a NORMAM-09/DPC, no que tange à arribada de embarcação, assinale a opção que se enquadra em arribada não justificada, sendo prevista a instauração de IAFN.

- (A) Nascendo a inavegabilidade do navio de mau conserto.
- (B) Acrescentar porto de escala para abastecimento.
- (C) Prestar serviços médico-hospitalares a passageiros ou tripulantes, cujo tratamento não puder ser administrado com os recursos de bordo, desde que para tal ocorrência não tenham contribuído as pessoas, serviço ou aparelhos de bordo.
- (D) Substituir o porto de destino, quando ocorrer o aparecimento de carga em porto diferente e sem prejuízo dos controles estabelecidos pelos diversos órgãos federais na fiscalização marítima.
- (E) Desembarcar corpo de tripulante ou passageiro que tenha falecido de causa natural, devidamente comprovada por Certidão de Óbito ou Laudo Necrológico.

QUESTÃO 38

As Normas da Autoridade Marítima para Embarcações Empregadas na Navegação em Mar Aberto - NORMAM-01/DPC, estabelecem que estão isentas da emissão do Cartão de Tripulação de Segurança - CTS as embarcações que apresentem

- (A) arqueação bruta (AB) menor ou igual a 10.
- (B) arqueação bruta (AB) menor ou igual a 20.
- (C) comprimento de regra (L) inferior a 20m.
- (D) arqueação bruta (AB) menor ou igual a 50.
- (E) comprimento de regra (L) inferior a 12m.

QUESTÃO 39

De acordo com a NORMAM-03/DPC, se durante o período vigente do cadastramento forem observadas quaisquer irregularidades ou discrepâncias em relação às regras estabelecidas na Portaria de Cadastramento da CP/DL/AG, os estabelecimentos de treinamento náutico/pessoa física estarão passíveis de advertência, suspensão temporária ou cancelamento do cadastramento. Caso o estabelecimento de treinamento náutico/pessoa física seja suspenso por mais de três vezes em um período de doze meses e/ou cometa alguma transgressão considerada grave, terá seu cadastramento cancelado. Nesses casos específicos, será instaurado o competente Inquérito Administrativo (IA) pela CP/DL/AG para apurar responsabilidades, cumprindo o rito processual constante da NORMAM-07/DPC. Após encerrado o IA, da sua decisão, o interessado poderá impetrar recurso em última instância administrativa à DPC, sem efeito suspensivo, no prazo de até

- (A) 05 dias úteis, contados a partir do dia consecutivo da data do conhecimento da decisão, incluindo o dia do vencimento.
- (B) 10 dias úteis, contados a partir do dia consecutivo da data do conhecimento da decisão, incluindo o dia do vencimento.
- (C) 15 dias úteis, contados a partir do dia consecutivo da data do conhecimento da decisão, incluindo o dia do vencimento.
- (D) 20 dias úteis, contados a partir do dia consecutivo da data do conhecimento da decisão, incluindo o dia do vencimento.
- (E) 30 dias úteis, contados a partir do dia consecutivo da data do conhecimento da decisão, incluindo o dia do vencimento.

QUESTÃO 40

Conforme previsto nas Normas da Autoridade Marítima para o Tráfego de Embarcações em Águas Jurisdicionais Brasileiras, NORMAM-08/DPC, com relação aos Sistemas SISTRAM, LRIT e SIMMAP, assinale a opção correta.

- (A) Embarcações estrangeiras, quando navegando no mar territorial ou em águas interiores brasileiras, deverão aderir obrigatoriamente somente ao SISTRAM.
- (B) Embarcações de bandeira brasileira e os afretados por armadores brasileiros, envolvidos em atividades de apoio marítimo às plataformas de exploração de petróleo e gás natural localizadas nas Águas Jurisdicionais Brasileiras (atividades offshore) deverão aderir ao SISTRAM e ao LRIT (quando em trânsito entre portos nacionais) e ao SIMMAP.
- (C) Embarcações de passageiros, inclusive embarcações de passageiros de alta velocidade, de bandeira brasileira, engajadas ou não em viagens internacionais, deverão aderir somente ao SISTRAM.
- (D) Embarcações de carga, inclusive embarcações de alta velocidade, com AB igual ou maior que 300, de bandeira brasileira, engajadas ou não em viagens internacionais, deverão aderir obrigatoriamente somente ao SISTRAM.
- (E) Embarcações de bandeira brasileira ou afretados por armadores brasileiros, em navegação de Longo Curso ou de Cabotagem, navegando em qualquer área marítima do mundo, deverão aderir obrigatoriamente ao SISTRAM e ao LRIT.

QUESTÃO 41

Segundo o estabelecido na lei nº 9.432/1997, que dispõe sobre a ordenação do transporte aquaviário e dá outras providências, nas embarcações de bandeira brasileira, serão necessariamente brasileiros:

- (A) o comandante, o imediato, o chefe de máquinas e um terço da tripulação.
- (B) o comandante, o chefe de máquinas e dois terços da tripulação.
- (C) o comandante, o imediato e dois terços da tripulação.
- (D) o comandante, o imediato, o chefe de máquinas e dois terços da tripulação.
- (E) o comandante, o imediato e um terço da tripulação.

QUESTÃO 42

À luz da NORMAM-08/DPC, no que tange ao Sistema de Informações sobre o Tráfego Marítimo (SISTRAM), assinale a opção correta.

- (A) Para a situação prevista no SISTRAM, as informações sobre o tráfego marítimo na área SAR brasileira envolvem a salvaguarda da vida humana no mar, a segurança da navegação e a prevenção da poluição hídrica, em emergências.
- (B) O SISTRAM recebe as informações obrigatórias destinadas ao cumprimento da legislação nas Águas Jurisdicionais Brasileiras, e as informações voluntárias para o SAR são recebidas nas CP, DL, AG.
- (C) Para o Controle Naval do Tráfego Marítimo (CNTM), em emergências e em situações de conflito, as embarcações cumprirão instruções específicas das Autoridades de CNTM, conforme a doutrina adotada pela Marinha do Brasil (MB) e legislação em vigor.
- (D) Para a situação prevista no SISTRAM, as informações sobre o tráfego marítimo na área SAR brasileira envolvem a salvaguarda da vida humana no mar, a assistência e o salvamento.
- (E) O SISTRAM, por meio de informações padronizadas enviadas pelos navios, possibilita efetuar o acompanhamento dos mesmos em qualquer área, bem como os navios de bandeira estrangeira, compulsoriamente, dentro da área SAR brasileira ou, voluntariamente, quando no mar territorial brasileiro.

QUESTÃO 43

De acordo com as Normas da Autoridade Marítima para Amadores, Embarcações de Esporte e/ou Recreio e para cadastramento e Funcionamento das Marinas, Clubes e Entidades Desportivas Náuticas - NORMAM - 03/DPC, as atividades esportivas ou de recreio no mar ou nas áreas interiores que envolvam a utilização de dispositivos rebocados deverão obedecer a regras especiais. Segundo essa norma, a embarcação rebocadora deverá manter uma distância de

- (A) no mínimo, uma vez o comprimento do cabo de reboque, das demais embarcações em movimento ou fundeadas.
- (B) no mínimo, uma vez e meia o comprimento do cabo de reboque, das demais embarcações em movimento ou fundeadas.
- (C) no máximo, uma vez e meia o comprimento do cabo de reboque, das demais embarcações em movimento ou fundeadas.
- (D) no máximo, três vezes e meia o comprimento da embarcação rebocada, das demais embarcações em movimento ou fundeadas.
- (E) no mínimo, cinco vezes o comprimento da embarcação rebocada, das demais embarcações em movimento ou fundeadas.

QUESTÃO 44

Assinale a opção que completa corretamente as lacunas da sentença abaixo, de acordo com a NORMAM-01/DPC.

A inscrição de embarcações com AB menor ou igual a _____ deverá ser efetivada na Capitania, Delegacia ou Agência de jurisdição do proprietário com o prazo máximo de _____ dias a partir da aquisição.

- (A) 50 / quinze
- (B) 100 / sessenta
- (C) 50 / sessenta
- (D) 100 / trinta
- (E) 50 / trinta

QUESTÃO 45

Quanto ao tipo de navegação em que serão empregadas, segundo a NORMAM-02/DPC, as embarcações são classificadas em

- (A) interior e apoio portuário (exclusivamente nos portos e terminais para atendimento de embarcações e instalações portuárias).
- (B) dragagem e levantamento hidrográfico.
- (C) interior e dragagem.
- (D) apoio portuário e reboque e empurra.
- (E) dragagem e apoio portuário.

QUESTÃO 46

Em conformidade com o disposto nas Normas da Autoridade Marítima para Embarcações Empregadas na Navegação Interior - NORMAM-02/DPC, a necessidade de designação formal de subchefe de máquinas dependerá do atendimento simultâneo das seguintes condições:

- (A) embarcações com potência propulsora superior a 800kW; emprego na atividade de apoio portuário; e quando for estabelecido serviço de quarto.
- (B) embarcações com potência propulsora superior a 750kW; quando for estabelecido serviço de quarto; e quando houver necessidade de guarnecimento da praça de máquinas.
- (C) embarcações com potência propulsora superior a 750kW; emprego na atividade de apoio marítimo; e quando for estabelecido serviço de quarto.
- (D) embarcações com potência propulsora superior a 600kW; emprego na atividade de apoio portuário; e quando for estabelecido serviço de quarto.
- (E) embarcações com potência propulsora superior a 500kW; quando for estabelecido serviço de quarto; e quando houver necessidade de guarnecimento da praça de máquinas.

QUESTÃO 47

O Inquérito Administrativo (IA), previsto no Art.9º do RLESTA, tem como escopo a apuração de fatos, não enquadrados como fatos ou acidentes da navegação, que tenham chegado ao conhecimento da Autoridade Marítima, para a constatação de possível infração e o seu autor material, conforme preconizado na NORMAM-07/DPC. Sendo assim, o Inquérito Administrativo deverá ser concluído no prazo de

- (A) trinta dias, prorrogável por mais trinta dias, pela autoridade instauradora.
- (B) trinta dias, prorrogável por mais trinta dias, pelo Distrito Naval.
- (C) sessenta dias, prorrogável por mais trinta dias, pela autoridade instauradora.
- (D) noventa dias, prorrogável em até 1 ano, pelo Distrito Naval.
- (E) noventa dias, prorrogável por mais trinta dias, pelo Distrito Naval.

QUESTÃO 48

De acordo com a NORMAM-13/DPC, o Sistema Informatizado de Cadastro de Aquaviários (SISAQUA) foi concebido para cadastrar o aquaviário e apoiar o Ensino Profissional Marítimo (EPM) na previsão de vagas para seus cursos, agilizar a emissão de documentos, controlar e fiscalizar a inscrição e habilitação do aquaviário. Segundo essa norma, a competência para gerenciar o cadastramento no SISAQUA caberá

- (A) às Capitânicas, Delegacias e Agências.
- (B) à Diretoria-Geral de Pessoal da Marinha.
- (C) à Diretoria-Geral de Navegação.
- (D) ao Centro de Instrução Almirante Graça Aranha.
- (E) à Diretoria de Portos e Costas.

QUESTÃO 49

A NORMAM-11/DPC prevê obras relativas a portos ou instalações portuárias, cais, píeres, molhes, trapiches, marinas ou similares. Essas construções se caracterizam como obras sobre água e podem ser precedidas de aterro que, dependendo das dimensões, poderão provocar alterações sensíveis no regime de água da região, tendo como resultado um assoreamento de tal monta que poderá prejudicar a navegação local com alterações de profundidades. Para esses casos, deverá ser exigido como documento adicional ao processo de obras um estudo

- (A) considerando os níveis das mais altas águas navegáveis, quando conhecidos, ou os níveis correspondentes aos das enchentes históricas dos últimos 50 (cinquenta) anos).
- (B) simplificado das alterações que poderão trazer danos ao meio ambiente, propiciando condições seguras à prevenção da poluição hídrica.
- (C) assinado pelo proprietário da obra ou seu representante legal, neste caso, anexando cópia da procuração ou Contrato Social (no caso de firma). Quando os documentos apresentados não forem originais, deverão ser autenticados por Tabelião ou pela Organização Militar.
- (D) para a determinação das coordenadas dos diversos pontos representados na planta de construção a ser identificada por meio de seu nome/número, coordenadas, datum e nome da instituição responsável.
- (E) detalhado e criterioso das alterações que poderão trazer danos à navegação, propiciando condições seguras à emissão do parecer da Marinha do Brasil. Tal estudo poderá ser obtido pelos interessados junto a órgãos, instituições de ensino e pesquisa ou empresas de reconhecida capacidade técnica em engenharia costeira.

QUESTÃO 50

Em conformidade com as definições para dragagem, estabelecidas na NORMAM-11/DPC, é correto afirmar que dragagem de

- (A) implantação é aquela executada para exploração, alteração ou aprofundamento de canais de navegação, bacias de evolução e em outras obras ou serviços de engenharia em corpos de água.
- (B) recuperação ambiental é aquela executada para melhoria das unidades de conservação ou para prevenção da poluição hídrica, visando a restabelecer o aproveitamento econômico de recursos minerais.
- (C) mineração é aquela executada para efeito de pesquisa de recursos minerais.
- (D) manutenção é aquela executada para restabelecer total ou parcialmente as condições originalmente licenciadas.
- (E) exploração é aquela executada para explorar canais de navegação, bacias de evolução e área portuária.

RASCUNHO PARA REDAÇÃO

TÍTULO:

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

